

A Secretaria da Saúde informa que pode haver problemas com as verbas do Suds. Mas só nos outros estados.

A Secretaria quer esconder

Mas as provas do Tribunal de Contas são claras: há

os erros do Suds

irregularidades.

A Secretaria Estadual de Saúde, negou, ontem, qualquer irregularidade na aplicação de verbas do Suds, apontadas em relatório do Tribunal de Contas da União. O diretor do Grupo Técnico de Planejamento da Secretaria, Renato Pires, pretende que acusações de contratos sem concorrências ou transferência não autorizada de verbas podem ter ocorrido em outros Estados — mas não em São Paulo. Hoje, a Secretaria publica anúncio pago onde afirma a propósito de matéria publicada ontem no JT: “O documento do TCU que deu origem à reportagem em nenhum momento levanta qualquer suspeita nesse sentido em relação a São Paulo”.

O Fundo Estadual de Saúde, que administra as verbas do Suds, realiza aplicações no mercado financeiro, admite Pires. Ele se diz espantado com o que chama de “exigência absurda do Suds” em pretender que o resultado dessas aplicações seja destinado previamente. “Isso é impossível”, reclama, “porque não podemos prever o resultado das aplicações. Mas esse dinheiro consta da prestação de contas apresentada trimestralmente pela Secretaria”.

O dinheiro que o Inamps repassa a São Paulo para pagar despesas do setor de saúde é, portanto, canalizado para os bancos. Mas a secretaria esclarece que só usa estabelecimentos oficiais: Banco do Brasil, Banespa e Divesp (Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários do Estado de São Paulo S/A), um órgão financeiro do próprio governo do Estado.

Os rendimentos dessas operações com as verbas da saúde foram generosos. Visaram, na ótica do administrador do Fundo, evitar a perda de poder de compra. De janeiro até ontem, 10 de agosto, renderam exatos NCz\$ 87.879.352,52 — uma evidência de que sobram recursos para o andamento dessa área crítica.

FALHAS DE RESPONSABILIDADE DAS SECRETARIAS DE SAÚDE

TO AOS RECURSOS FINANCEIROS

aplicação de recursos do Suds no mercado financeiro do Decreto nº 96.303/88

ES, PA, MS, PA, PE, PR, RS, SC e SP — s

aplicação de verbas advindas do Suds em não oficiais ou em títulos que não eram nacionais (MS, SP — subitem 2.2.1.1.1);

não movimentação de recursos por intermédio do Banco do Brasil (DF, AM, BA, C, PB, PE, PR, RJ, RS, SE — subitem 2.2.1.1.1);

falta de plano de aplicação adicional para Suds oriundos de aplicação no mercado financeiro (subitem 2.2.1.1.1);

falta de retorno à conta específica do Brasil, das receitas provenientes de aplicação no Banco do Brasil (DF, AM, BA, C, PB, PE, PR, RJ, RS, SE — subitem 2.2.1.1.1);

falta de contrapartida de recursos do Suds (PB, PE, PR e SP — subitem 2.2.1.1.1);

falta de registro das verbas recebidas em contabilidade (CE, PA, PB, PE, RJ, RS, SP);

TCU CONSTATA FALHAS NO EMPREGO DOS RECURSOS DO SUDS

Inspeções realizadas pelo Tribunal de Contas em 1988, apontaram falhas no emprego dos recursos advindos do Programa de Saúde Unificada e Descentralizada de Saúde e de diversas falhas, a precariedade e o Ministério da Saúde sobre a execução das unidades da Federação.

Ministra ÉLVIA CASTELLO BRANCO, em 1988, apontou, nesta fase, apenas as falhas nas Secretarias estaduais de Saúde, com irregularidades registradas, que não são de natureza inaceitáveis em Prefeituras menores, e a falta de materiais.

Área de responsabilidade dos escritórios: a área de falhas que não dá origem de recursos dos convênios e concessão de recursos financeiros, passando pelo repasse de recursos de contas de recursos anteriormente e a área de imóveis do INAMPs data unidade executiva.

O TCU examina contas do Suds e vê falhas em muitos Estados. Inclusive São Paulo.

O presidente do Conselho Nacional dos secretários de Saúde (Conass), o gaúcho Antenor Ferrari, qualifica o relatório da ministra Élvia Castello Branco, do TCU, de “totalmente falho”. Ele se orgulha de aplicar verbas de saúde no mercado financeiro — até agosto, foram NCz\$ 2,89 milhões, administrados pelo Banco Meridional. “Imoralidade é não aplicar”, defende-se.

Esclarecer se verbas de saúde devem alimentar o over ou pagar despesas com doentes é um dos pontos que vão aquecer as próximas sessões do Tribunal de Contas, em Brasília. Em seu alenado relatório, que só será divulgado após discussão no plenário do Tribunal, a ministra Castello Branco destaca, no caso da Secretaria da Saúde de São Paulo, os seguintes itens:

o aplicação de recursos do Suds no mercado financeiro, antes do advento do Decreto nº 96.303/88.

o aplicação de verbas advindas do Suds em estabelecimentos não oficiais ou em títulos que não eram do Tesouro Nacional.

o falta de plano de aplicação adicional para recursos do Suds, oriundos de aplicação no mercado financeiro.

● falta de contrapartida de recursos do Suds.

● utilização de dinheiro do Suds em finalidades não previstas no objeto do convênio.

● falta de licitação.

● pagamento de multa por atraso na liquidação de conta de energia elétrica.

A CONQUISTA DA SAÚDE. O TEMA DESTA LIVRO.

Hoje será lançado o livro “Saúde não se dá: conquista-se”, uma obra em que o jornalista Demócrito Moura, que tem 28 anos de profissão e 20 de especialização em ciências da saúde, aponta e analisa todas as condições básicas para uma vida saudável. Esse livro ensina cada pessoa a lutar por sua própria saúde. Com espírito crítico voltado à real situação brasileira, mas sem deixar de insistir no que é fundamental para a conquista da saúde, o autor apresenta uma visão global dos mais diversos campos relacionados à área, com base em sua experiência jornalística.